



Muda composição do parlamento

(foto Carlos Kilian)

Com um discurso emocionado, o primeiro suplente da Aliança Trabalhista (PDT/PTB/PPS), deputado pedetista César João Cim, tomou posse na tarde de terça-feira, dia 6. O novo parlamentar assumiu a cadeira do deputado Sérgio Godinho (PDT), que deixou a vaga para assumir como titular da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente.

Promotor aposentado, César Cim, cuja base elei-

toral abrange o Médio Vale do Itajaí, regiões de Blumenau e São João Batista, prestou o compromisso de posse e fez o juramento, prometendo obedecer as Constituições do Estado e do País e legislar. O novo deputado se emocionou ao lembrar de sua filha que faleceu em um acidente de carro em 2000. "Depois desse triste episódio, a vida foi seguindo, barreiras sendo vencidas até que Deus quis que eu tomasse posse de meu

primeiro mandato público num lindo dia de sol, por isso estou tão emocionado", disse.

Provável candidato às eleições em Florianópolis, o peemedebista João Henrique Blasi retorna ao Parlamento, tendo deixado, no último dia 5, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. Ronaldo Benedet, primeiro suplente do PMDB, passa a comandar a Secretaria, deixando a liderança da bancada nas mãos do deputado Manoel Mota. (TK)



Cim passa a ocupar a cadeira de Godinho (ao lado)



Benedet deixou a cadeira para comandar a Segurança e Blasi retoma seu lugar



Gerenciamento costeiro em debate

A Assembléia, através das comissões de Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Constituição e Justiça, presididas pelos deputados Reno Caramori (PP) e Julio Garcia (PFL), respectivamente, realizou a segunda audiência pública para debater um plano estadual de gerenciamento costeiro para Santa Catarina, no dia 5, em Itajaí. A primeira audiência foi em São Francisco do Sul, em dezembro de 2003. Outras três estão agendadas para Laguna, Araranguá e Florianópolis.

Página 7

Termina Marcha na 101

A 1ª Marcha pela Duplicação do trecho Sul da BR-101, protesto que levou 12 mil pessoas a participarem da caminhada que cobriu 348 quilômetros, a partir da cidade gaúcha de Osório, terminou por volta das 15 horas da última sexta-feira (2), no trevo dos municípios de Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz.

Num palco montado no acostamento da 101, estiveram presentes o governador Luiz Henrique da Silveira, os deputados federais Leodegar Tiscoski (PP) e Paulo Afonso Vieira (PMDB), o deputado estadual Manoel Mota (PMDB), prefeitos, presidentes dos legislativos municipais e vereadores do sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul. Segundo informação da Polícia Rodoviária Federal, cerca de 1.200 pessoas participaram do encerramento.

Dezenas de parentes e amigos das vítimas de acidentes na BR-101 estiveram no local, carregando faixas e pedindo ao presidente da República a solução

para o fim de tantas mortes.

Segundo Manoel Mota, a solidariedade dos moradores ao longo da rodovia e de seus usuários foi o que mais comoveu os participantes. O parlamentar repetiu as informações divulgadas pelo Tribunal de Contas da União, de que não há financiamento contratado com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), devido a pendências no trecho duplicado, como o pedágio e as balanças, que já existem mas não estão funcionando. O governador disse que a verba para a obra não está no Orçamento da União, aprovado por deputados federais e senadores no final do ano passado. No Orçamento da União estão previstos, na verdade, R\$ 89,8 milhões. A obra tem custo total projetado em R\$ 2,3 bilhões. O ministro do Planeja-



(foto Carlos Kilian)

mento, Guido Mantega, foi designado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para comandar o processo em torno das adequações do trecho duplicado da 101, e garantiu que as obras na parte Sul da rodovia serão iniciadas ainda neste ano. (DAB)

Luta pela moralidade

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, na reunião do dia 31 de março, deu parecer contrário ao PEC (Projeto de Emenda Constitucional) nº 001/2004, de alteração do *caput* do Artigo 46 e seu parágrafo 3º, da Constituição de Santa Catarina, estabelecendo novo período para as reuniões ordinárias no Legislativo Estadual. O referido projeto foi elaborado por nosso mandato e pretende reduzir o recesso de 90 para 30 dias. Recebeu a subscrição da bancada do Partido dos Trabalhadores e de mais seis deputados de outras siglas partidárias, representados na Assembleia Legislativa, num total de 14 assinaturas.

Pela importância da iniciativa, lamentamos a decisão da Comissão de Constituição e Justiça, mas não nos sentimos derrotados nessa luta. É que o PEC agora entrará em pauta e o plenário poderá decidir pelo acatamento ou rejeição do parecer. Ou seja, na soberania de sua decisão, o plenário tem a prerrogativa de optar pela continuidade da tramitação no turno único da admissibilidade. Desde já nos manifestamos em defesa da derrubada do parecer para proporcionar a evolução do debate, em rejeição ao despuadorado "aborto" do Projeto de Emenda Constitucional nº 001/2004.

Entendemos ser esta a nossa obrigação em se tratando de uma questão de tamanha relevância para o Parlamento. Até porque a sociedade clama

por moralidade! Apenas para registrar, a redução do recesso está na pauta de todas as casas legislativas do país, inclusive nas câmaras municipais de Vereadores. No Rio de Janeiro, cabe destacar, foi aprovado na primeira semana de março - e após apenas três meses de tramitação - o PEC de autoria do presidente da ALERJ, o peemedebista Jorge Picciani, reduzindo o recesso de 90 para 60 dias.

Além disso, o Rio de Janeiro nos dá outra lição de vanguardismo com a extinção da remuneração nas convocações extraordinárias. Nas palavras de Jorge Picciani, num artigo publicado recentemente, "há sete anos que os deputados estaduais cariocas não recebem um centavo a mais nas reuniões extraordinárias durante o recesso".

Na convocação extraordinária ocorrida no recesso de janeiro deste ano, nosso mandato foi o único entre os 40 deputados do Legislativo catarinense a devolver o pagamento adicional, num total de R\$ 20.337,75. Em breve, estaremos também apresentando um projeto extinguindo esse pagamento que consideramos imoral. Com nosso posicionamento, damos a resposta de seriedade cobrada pela população. Somos fiéis defensores do avanço desta campanha, de uma parte, para fazermos a diferença reduzindo o recesso em Santa Catarina e, de outra, para impelir a mudança em nível federal, pois que há quase uma década a matéria tramita no Congresso Nacional sem uma conclusão.

Deputada Ana Paula Lima (PT)

Efetivação de professores das APAEs

Graças à efetiva ação deste Parlamento, apoiando uma iniciativa nossa e, com certeza, endossada por outras lideranças, tornou-se realidade a principal e mais urgente reivindicação dos professores especializados que atuam nas APAEs. Em agosto de 2003, a Assembleia Legislativa aprovou uma proposta por nós encaminhada, solicitando que o Governo do Estado enviasse ao Parlamento projeto visando à efetivação dos professores especialistas cedidos há mais de um ano para atuar no ensino especial. A solicitação foi atendida, o projeto aprovado e agora já é lei, aprovada recentemente.

A legislação ora aprovada redistribui cargos de provimento efetivo de professor, do quadro do magistério público estadual para a Fundação Catarinense de Educação Especial. A redistribuição objetiva, na verdade, fixar no quadro de servidores da Fundação professores da Secretaria de Estado da Educação e Inovação que estão há muitos anos, e até décadas, trabalhando com alunos que possuem necessidades especiais e que, se retornassem à rede regular de ensino,

dificilmente poderiam ser aproveitados em unidades escolares.

A nova lei vem para sanar os transtornos que os professores especializados em educação especial vinham enfrentando. Todo início de ano, a cedência de professores lotados no ensino regular para as escolas especiais vinha causando transtornos na folha de pagamento, tanto do professor cedido quanto do ACT (Admitido em Caráter Temporário) contratado no ensino regular na vaga daquele professor. Tal situação somente ficava regularizada a cada ano por volta do mês de maio.

Além das necessidades das APAEs se organizarem para garantir uma educação de qualidade aos portadores de necessidades especiais, esses professores liberariam a vaga no ensino regular. Portanto, a nova lei regulariza essa situação, garantindo um quadro permanente de professores com qualificação e experiência para atuar no ensino especial em Santa Catarina. Todos estamos de parabéns.

Deputado Reno Caramori (PP)

Lançada XI Fenajeep

Dentro da proposta de divulgar as potencialidades dos municípios catarinenses, o hall da Assembleia Legislativa foi novamente cenário de lançamento de uma festa estadual. A XI Fenajeep, lançada oficialmente na noite de segunda-feira (5), acontece de 20 a 23 de maio, em Brusque.

A festa teve sua primeira edição em 1994, e ao longo dos anos foi recebendo adeptos de várias regiões do país. Participaram do lançamento em Florianópolis o deputado Paulo Eccel (PT), autoridades estaduais e de Brusque, além de convidados e público em

geral estiveram presentes. O vice-prefeito de Brusque, Dagomar Antônio Carneiro, e a representante da Comissão Organizadora da Fenajeep, Maria Valzete Walendovsky, destacaram que a festa é a maior do gênero no país, atraindo um público de aproximadamente 35 mil pessoas, onde os jipeiros mostram suas habilidades percorrendo trilhas, apresentando espetáculo de capotagens e de saltos e participando do "arrancadão" na lama. O evento tem ainda um salão de exposições e um acampamento jipeiro.

O deputado Paulo Eccel, representante da região de Brusque, também fez um pronunciamento sobre a festa, que faz parte do roteiro turístico do Estado, e convidou o público para desfrutar das belezas naturais do município e da hospitalidade do povo brusquense. (RMPP)



Relações com a Croácia

A encarregada de negócios da Croácia, Nancy Bütijer, que veio ao Brasil pela primeira vez para uma visita protocolar, foi recebida no dia 6 pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT). Bütijer acredita que o parlamento abre caminhos e o propósito do seu governo é in-

vestir em projetos culturais e de informação para aproximar e abrir negociações entre Croácia e Brasil. "Temos que unir nossos países e conhecê-los melhor", comentou Bütijer. No final do encontro, Morastoni e a visitante trocaram lembranças características de Santa Catarina e da Croácia. (CRM)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tomini, Lisandrée Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Proj. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Daniel Ramos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

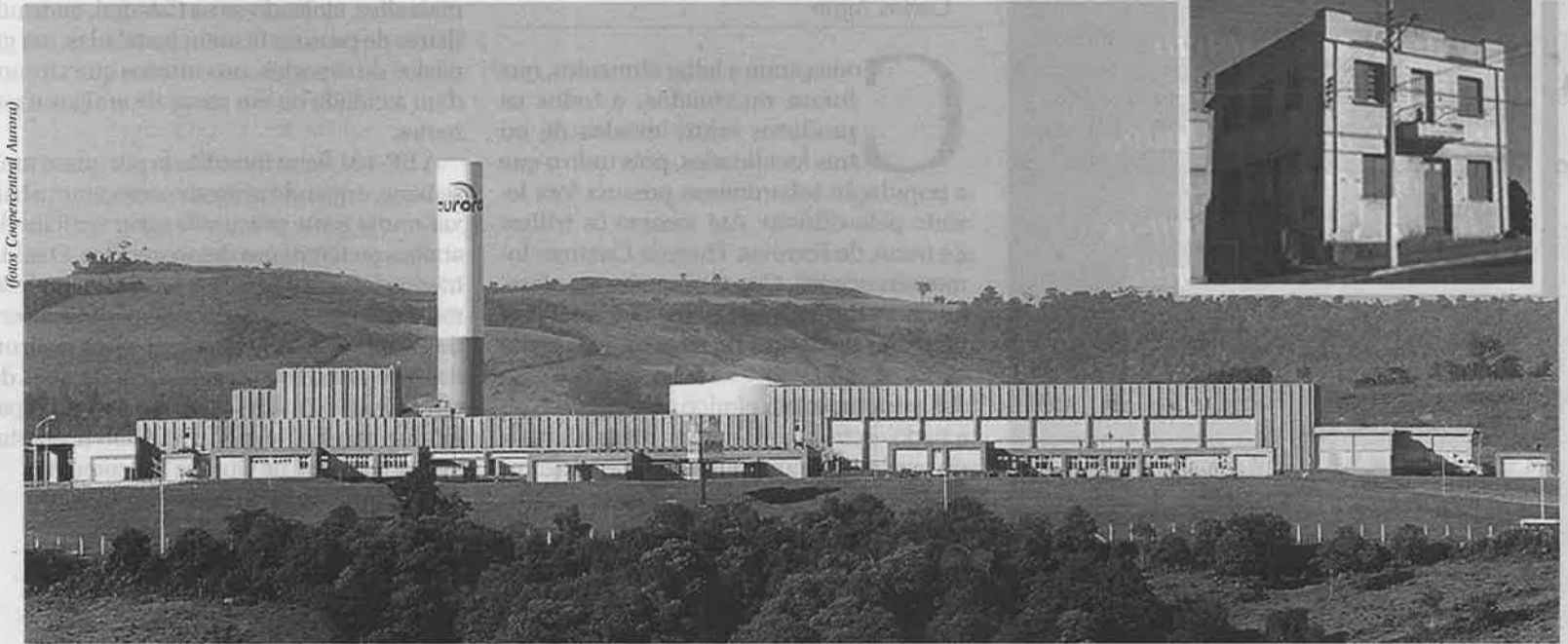
Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Cooperativismo pioneiro é homenageado pela Alesc

Scheila Dziedzic

Em sessão solene no próximo dia 15 de abril, em Chapecó, a Assembléia prestará homenagem aos 35 anos de fundação da Cooperativa Central Oeste Catarinense – Cooper Central Aurora, e seus dirigentes, José Zeferino Pedrozo, Mario Lanznaster e Luiz Hilton Temp, respectivamente, presidente, vice-presidente e secretário, serão agraciados com honraria de mérito. Projeto de Resolução de autoria do deputado Herneus de Nadal (PMDB), concedendo a honraria, foi aprovado na semana passada pelos parlamentares.

Elemento de destacada importância na economia e no progresso do Oeste de Santa Catarina, a produção de suínos foi a atividade inicial da Cooperativa Central Oeste Catarinense - Aurora. Em 15 de abril de 1969, uma ata assinada por dezoito homens representando oito cooperativas definiu como objetivo comum a industrialização e comercialização da produção de suínos dos associados. Valmor Lunardi, um dos fundadores da Aurora, lembra que a iniciativa surgiu da necessidade de proteção ao homem do campo. “Pelo andar dos negócios, chegamos à conclusão de que deveríamos unir forças para poder competir em igualdade de condições com as empresas privadas. Daí surgiu a idéia de criar a Cooperativa Central Aurora, sempre com a liderança de Aury Bodanese.”



As instalações de hoje, em Chapecó, e no detalhe, o prédio onde nasceu o grande complexo (no detalhe)

Qualidade e versatilidade na produção

A principal atividade da empresa, o abate de suínos, foi iniciado em 1975 e hoje contempla o melhoramento genético, investimentos em produção de núcleos vitamínicos e minerais, rações e concentrados. A produção é exportada para Alemanha, Argentina, Grécia, Holanda, Hong Kong, Ilhas Canárias e Rússia. Um dos funcionários mais antigos da Aurora com 30 anos de casa, Edilson Mário Tavares, gerente geral da Unidade II, em Chapecó, lembra desse início: “Quando se abatia 100 porcos por dia era uma festa. Depois veio a fábrica de ração. Eu vi a Aurora crescer.” Como funcionário, demonstra

seu orgulho pela natureza administrativa da empresa. “Somos funcionários de 8 mil, 10 mil produtores. Somos pessoas de confiança que administram os bens do produtor rural”.

A empresa também desenvolve a função regulamentadora. “Aurora é referência no preço. As cooperativas são um ponto de apoio para o nosso produtor. Se não tivesse essa estrutura seriam as grandes empresas que continuariam a ditar os preços e a pagar o que queriam. Ainda hoje é a Aurora que muitas vezes segura o preço do suíno, mesmo tendo prejuízo, para não deixar o pro-

ductor, o dono disso aqui, em situação de dificuldade, explica Edilson Tavares.

Sucos

Outra aposta da Aurora foi a produção de sucos de laranja e uva com a marca Delis, que em 1996 recebeu o selo verde que permite a exportação para países da Comunidade Européia. Em 1986, iniciaram-se as atividades com aves, com o constante cuidado com as matrizes até o melhoramento genético. Na década de 90, inaugurou duas novas unidades de suínos, em Chapecó e em São Gabriel do Oeste, no Mato Grosso do Sul, e uma uni-

dade de aves em Quilombo (SC). Em 2000, foi inaugurada uma nova indústria de sucos modernizando assim o setor na região oeste de Santa Catarina. Em 2001, uma nova unidade industrial com investimento de R\$ 35 milhões de reais, com o objetivo de industrializar 100% dos suínos abatidos. Uma unidade para abater suínos em Joaçaba, que também absorveu o frigorífico da Cooperjacuí em Sarandi (RS), agregando assim mais rentabilidade para os produtores daquela região, foi instalada em 2002, mantendo a tradição da empresa em investimentos que mantenham o homem no campo.

Construção participativa



Qualidade é uma das marcas da empresa

Há 35 anos, as Cooperativas Mista Agropastoril Chapecó, de Laticínios Chapecó, Mista Xaxiense, Mista Lajeado Grande de Xaxim, Agrícola Regional Xanxerê, Mista de Palmitos, Agropecuária de São Carlos e Mista Modelense começaram a construir a condição atual da Aurora, de empresa que produz não apenas gêneros alimentícios, mas também números que impressionam. São mais de oito mil empregos diretos, 45 mil clientes e faturamento, em 2003, de R\$ 1 bilhão 271 milhões. Presente em 221 municípios, a estrutura atual é formada por 16 cooperativas que possuem 52.500 mil associados divididos em suinocultores, citricultores, avicultores. “Na cooperativa não é o capital que manda e sim o associado. Para nós era o tipo de sociedade mais justa para gerirmos um setor importantíssimo para nossa região. Mais de 80% do PIB da região Oeste vêm da atividade

agropastoril.”, destaca Valmor Lunardi.

A proposta defendida pelo cooperativismo envolveu o sonho de muitas pessoas. O trabalho pelo bem da coletividade motivou a ação empreendedora de um grupo de homens liderados por Aury Bodanese, que tem papel relevante na economia do Estado. Para o presidente do Centro Empresarial Chapecó, Jandir Ugolini, o que emociona é a visão social e a preocupação com a manutenção do homem no campo que norteia as ações da Aurora. “Aury era uma pessoa simples, motorista de caminhão, mas fora de série. Conseguiu alavancar um complexo do tamanho que é a Aurora. É uma alegria ver um empreendedor voltado para uma comunidade toda e não só para o fator econômico, o lucro. A Aurora não é uma empresa fria que lida apenas com números, ela lida com pessoas”, comenta Ugolini.

30 anos da tragédia

Março de 1974.

Chovia desde o início do mês e os rios que cortam o sul do Estado, especialmente o rio Tubarão, mantinham-se acima do nível normal. A população, de vez em quando, amargava com os mormaços de sol. Chega o dia 17 e começa a chover novamente. Desta vez, a chuva era mais forte, mantendo-se até o dia 22. O rio Tubarão começa a transbordar em alguns pontos e a chuva aumenta cada vez mais, deixando a cidade em estado de alerta. Na madrugada do dia 24, as águas barrentas do rio invadem a cidade, deixando-a praticamente submersa por quatro dias.

Carlos Agne

Começaram a faltar alimentos, que foram racionados, e todos os produtos eram levados de outras localidades, pois tudo o que a população tubaronense possuía fora levado pelo dilúvio. Até mesmo os trilhos de trens, da Ferrovia Thereza Cristina, foram arrancados. Quase ninguém teve tempo de retirar móveis, roupas ou qualquer utensílio de dentro de casa. A enxurrada carregou tudo.

A população em pânico saía de barco ou a nado, enfrentando a correnteza daquele rio barrento, procurando abrigo em lugares

mais altos, alojando-se na Catedral, onde milhares de pessoas ficaram instaladas, em ginásios de esportes, nos morros que circundam a cidade ou em casas de amigos e parentes.

A BR-101 ficou interditada por quase uma semana, e quando as águas começaram a baixar muita gente procurava saber notícias de amigos ou familiares desaparecidos. O saldo trágico foi de 199 mortos (oficialmente), 60 mil desabrigados - na época a população era de 70 mil pessoas -, três mil casas destruídas, prejuízos financeiros, além de mais de um milhão de metros cúbicos de lodo espalhado por tudo, segundo o DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento).

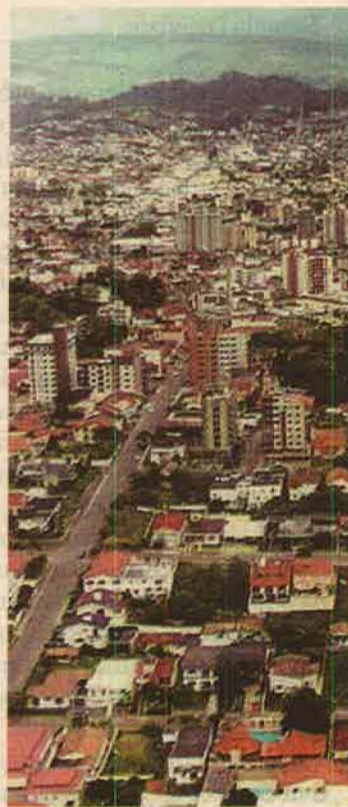
Três décadas depois, população não esquece a catástrofe

Passadas três décadas, a tragédia ainda está viva na memória dos que sofreram com a destruição da cidade. Tubarão já havia sofrido outras duas grandes enchentes, em 1838 e 1887. Porém, a de 1974 foi a maior. Amádio Vettoretti conta que, antigamente, o rio Tubarão tinha a formação de um delta, inclusive o chamavam de o *Nilo* do Brasil por causa dos seus vários braços. "Com o fechamento desses braços, o traçado do rio foi modificado e quando há muita chuva não há vazão, porque não há braços para a água se espalhar", explica.

Segundo pesquisa do historiador, a cheia de 1974 foi provocada por um fenômeno chamado cataclisma. "As massas oceânicas foram empurradas para o continente pelo vento leste, bateram na serra do rio do Rastro e

não conseguiram se dispersar, ocasionando uma forte precipitação pluviométrica. Por causa do fenômeno, ocorreu uma tromba d'água. Por isto, temos que torcer para que não ocorra vento leste na região em dias de chuva. Poderemos ser vítimas de outra enchente. Não quero que isto aconteça, mas a natureza é imprevisível", comenta o diretor do Arquivo Histórico de Tubarão.

Ele observa que pouco mudou ou foi feito para que catástrofe similar se repita. "O rio Tubarão está assoreado. A Comissão de Defesa Civil foi formada mas, atualmente, não se fala nela", ressalta. Ele acredita que a prevenção para catástrofes é a prudência, lembrando que um dos projetos de contenção, elaborado quando a cidade se reestruturava, foi deixado de lado por conta do alto investimento, que era a construção de três barragens, nos rios Capivari de Baixo, Braço do Norte e Tubarão, próximo à cidade de Pedras Grandes.



Panorâmica do município de Tubarão



Victório Bernadino, uma das vítimas



Monumento

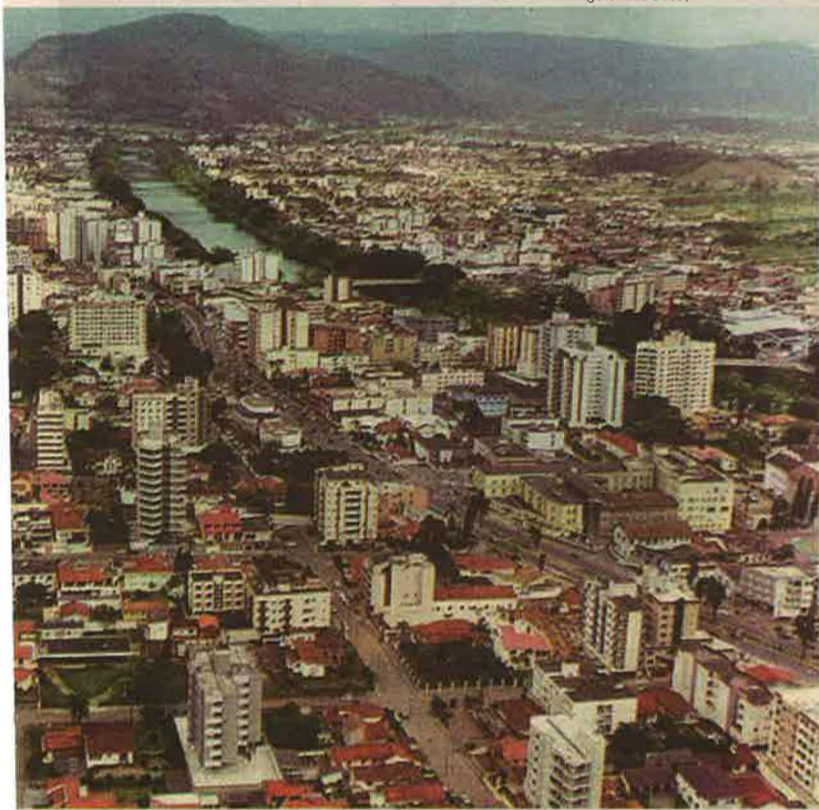
Acredita o historiador Amadio Vettoretti que os moradores ainda sentem reflexos da grande cheia. Um deles é o exemplo da solidariedade. "Naquele momento de aflição, todos as classes sociais se igualaram. Não tinha pobre, nem rico. Todos iam para a fila buscar alimentos e roupas. "Os paulistas foram os que mais ajudaram. Em agradecimento a essas pessoas, a cidade ergueu o monumento "A Torre da Gratidão", ao lado da Catedral, na praça Orlando Francalacci. O Monumento às Vítimas da Enchente de 74 é assinado pelo artista plástico Willy Zumblick.

Os que sofreram com a enchente são lembrados. Também 14 personalidades e instituições que desempenharam papel importante durante a enchente de 1974 foram homenageadas com a outorga da Comenda da Gratidão. O médico Irmoto José Feuerschuetz, prefeito de Tubarão em 74, foi um dos homenageados - ele lançou um livro sobre as cheias.

Foi aberta também uma exposição de fotografias. Os retratos fazem parte do acervo do fotógrafo blumenauense Ingo Penz, que agora foi adquirido pela Prefeitura.

que destruiu Tubarão

(fotos site PMT)



os dias de hoje

Memórias

O farmacêutico Victório Bernardino, conhecido popularmente em Tubarão como "Tóia", foi uma das milhares de vítimas da enchente de março de 1974. Ao lembrar a data, assim como os amigos que o rodeiam, a emoção toma conta e não dá para disfarçar as lágrimas nos olhos. Tóia estava em casa quando tudo aconteceu.

"Morava na margem esquerda, o lugar que mais foi afetado, assim como Oficinas e Comasa. Quando a água começou a invadir a casa, não deu para pensar em mais nada. Fugimos para o bairro Morrotes, num lugar bem alto. Era desespero por toda a cidade. Eu perdi tudo o que tinha, inclusive três carros ficaram embaixo do logo, dentro da garagem."

Tóia só conseguiu sair de Tubarão porque teve uma carona para Itapirubá, onde possuía uma casa. "Foi uma verdadeira tristeza. Tem gente que até hoje não foi encontrada. Chegam a supor que mais de 300 pessoas ainda continuam desaparecidas. Foi uma coisa muito horrível."



(foto Jonas Lemos Campos)

Sessão solene relembra catástrofe

O 30º aniversário da enchente que destruiu a cidade de Tubarão, em 24 de março de 1974, foi lembrado na noite do dia 30 de março, em plenário. A proposição foi do deputado Joares Ponticelli (PP), com o objetivo de homenagear aqueles que "se solidarizaram com a população atingida pela catástrofe e reverenciar um povo sofrido que teve tenacidade para reconstruir seu município". Presentes ao evento, além de Ponticelli, o deputado Reno Caramori (PP), o ex-governador Colombo Machado Salles, o prefeito Carlos Stüpp (PSDB), o secretário de Infra-estrutura do governo do Estado, Edson Bez de Oliveira, além de grande comitiva de idosos, clubes de mães e lideranças de Tubarão.

A sessão solene iniciou com a apresentação de um vídeo, dirigido e produzido por Carla Custódio, contando a história da catástrofe que atingiu o município em 1974, emocionando os presentes, a exemplo do governador, na época, Colombo Salles. Na solenidade, Ponticelli, traçou um paralelo entre o acontecimento de 30 anos atrás e o furacão Catarina, que destruiu inúmeras cidades do extremo-sul catarinense, neste fim de semana.

"Não solicitamos esta sessão para celebrar as 199 mortes, número extra-oficial ainda, mas para celebrar e exaltar a coragem, determinação e a fé de um povo que não esmoreceu, não desanimou e reconstruiu nossa cidade", resumiu o parlamentar.

A manifestação mais emocionante da noite foi a do ex-governador Colombo Salles, que vivenciou a tragédia de 1974. Lúcido, tanto na lembrança quanto nas colocações, Salles

quebrou o protocolo e dirigiu-se à comitiva da terceira idade. "Fomos nós que, passo a passo, enfrentamos aquela tragédia, com o nosso coração pulsando de apreensão mas com brio e civismo, acreditando na esperança e na fé, reconstruindo nossa cidade. Na noite que antecedeu a catástrofe, por volta das 7 ou 9 horas, o então prefeito Irmoto Feuerschuetz me ligou e colocou-me a par da situação que se enveredava para tragédia. Foi então que perdemos a comunicação", contou.

"O prefeito de Criciúma, Manique Barreto, que escutava a Rádio Tubá, foi quem repassou as informações. Na manhã seguinte fui ao local com um avião do governo e não vi um palmo de terra no chão. Era só água. Voltamos e descemos num campo de Vila Nova e seguimos até próximo a Capivari, pois a água impedia que seguissemos até Tubarão. Foi quando encontrei com um bombeiro que vinha a pé e resolvi fazer o mesmo trajeto feito por ele. Consegui chegar na sede do DER e com uma máquina cheguei ao centro da cidade, vendo toda a tragédia de perto", disse emocionado, citando que mais de cinco mil toneladas de lama foram retiradas da cidade, na operação limpeza.

Colombo Salles enalteceu o trabalho realizado pela população para a reconstrução da cidade. Logo após, o ex-governador, Edinho Bez, e o prefeito Carlos Stüpp também lembraram os acontecimentos, se unindo ao coro das demais pessoas presentes no sentido de que, hoje, a população tubaronense se alie na solidariedade aos municípios vizinhos atingidos pelo furacão Catarina. (CA)



Sessão especial relembrou a tragédia que abalou Tubarão há 30 anos

Comissão debate violência infanto-juvenil

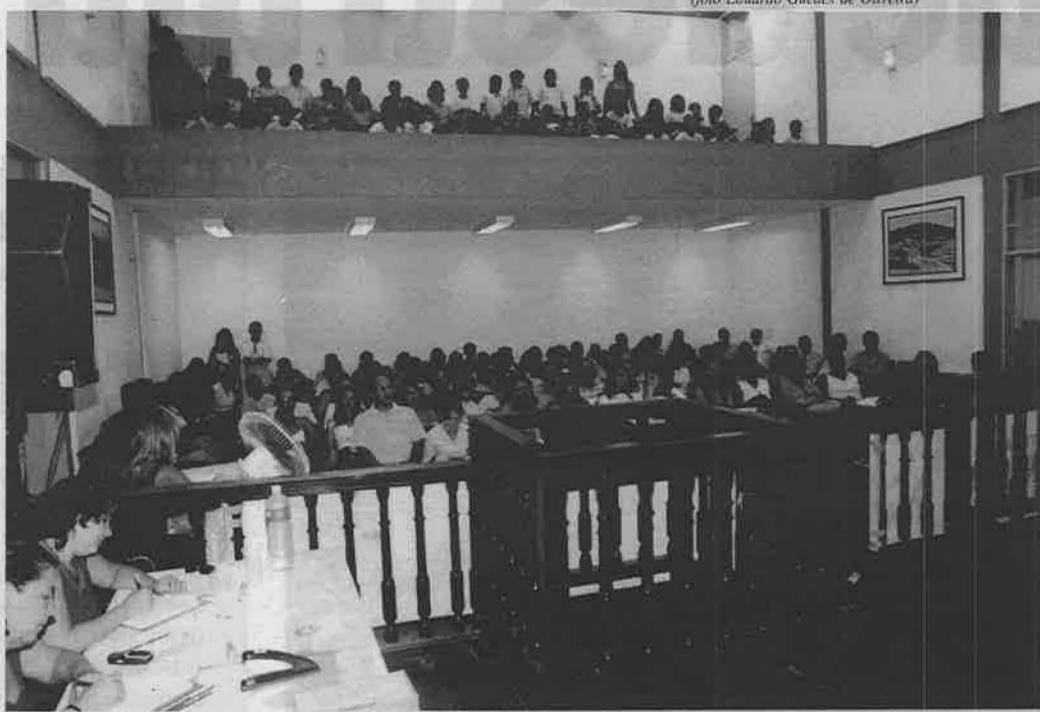
(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), realizou duas audiências públicas na semana passada para debater a violência sexual contra a criança e o adolescente. No dia 31, em conjunto com o grupo Cinema da Favela, os debates aconteceram em Florianópolis, no plenário da Assembléia. Participaram a deputada Ana Paula Lima (PT), a psicanalista e diretora do curta metragem *A Escuta do Silêncio*, Graça Pizá, o ator do filme *Cidade de Deus*, Leandro Firmino da Hora, o coordenador do grupo Afro Reggae, Écio Salles, a representante da Eletrosul, Tânia Barbosa, e, representando o governador Luiz Henrique da Silveira, a secretária adjunta da Secretaria de Saúde, Carmem Zanotto.

“Quando fui procurada pelo pessoal do Cinema na Favela, para realizar debates sobre a violência infantil, não hesitei, já que este tema precisa estar na mídia para que as pessoas que sofrem abu-

sosexuais e violência doméstica denunciem seus agressores e saibam que já existem lugares e profissionais para ajudá-las. Nossa Comissão recebe inúmeras denúncias nesse sentido e não só não vamos nos calar, como vamos denunciar”, disse a deputada Odete, ao abrir o encontro. O curta metragem *A Escuta do Silêncio* foi assistido durante a reunião. Baseado no depoimento de mais de 900 crianças vítimas de abuso sexual, seu roteiro serviu de base para as perguntas realizadas posteriormente pela platéia. Segundo a psicanalista Graça Pizá, o filme tenta aproximar a linguagem cinematográfica com a linguagem do cinema. “Precisamos usar todas as armas para combater a violência sexual, já que o mais difícil é fazer com que a criança denuncie e, posteriormente, que a família a apoie”, explicou.

Écio Salles esclareceu que o grupo Afro Reggae trabalha com outro tipo de violência, o da exclusão social. “Nosso trabalho é fazer com que os jo-



Lagunenses reunidos no Fórum durante a audiência

vens das favelas cariocas percebam que têm um horizonte diferente dos traficantes de drogas”, afirmou. “Trabalhamos com a violência da falta de escolas e de incentivo, mas mesmo assim estamos conseguindo mostrar aos nossos jovens que eles têm talento e podem ir muito longe.”

Livro - Paralelamente à audiência pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, ocorreu o lançamento do livro *Da Favela para o Mundo*, de autoria do coordenador do grupo cultural Afro Reggae, José Júnior (Editora Aeroplano, 216 p.). O livro conta a história da dignidade que se sobrepõe à violência, à exclusão e à discriminação para propor liberdade e lucidez, não só para a maioria dos jovens atendidos pelos diversos projetos mantidos pela ONG GCAR, no Rio de Janeiro. É narrado em clima de contador de história, repleto de referências místico-religiosas, letras musicais, poemas, e fotos.



(foto Carlos Kilian)

Ator Leandro Firmino, deputada Odete e Graça Pizá

Segurança Pública

Depois de uma denúncia feita por um soldado do Corpo de Bombeiros, de que quatro ambulâncias pertencentes à corporação estariam paradas, fora de serviço e sem receber reparos, a Comissão de Segurança Pública fez diligência no último dia 31. O deputado Wilson Vieira - *Dentinho* (PT), representando a Comissão, foi até as oficinas onde se encontram os carros fora de serviço e lá constatou que a denúncia procede e apenas uma das quatro viaturas será liberada para uso, depois de muito tempo parada. “Essas ambulâncias na rua são prioridade para a Comissão de Segurança. Vamos verificar todas as informações”, informou o deputado. Das seis ambulâncias do Corpo de Bombeiros do Continente, apenas duas estão em funcionamento, prejudicando o atendimento a vítimas de acidentes. (GMP)

Agricultura familiar

Os parlamentares Valmir Comin (PP), vice-presidente da Comissão de Agricultura, Dionei da Silva e Pedro Baldissera, ambos do PT, e membros da Comissão, reuniram-se no final da tarde do dia 31 de março, na Alesc, com o diretor do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), Luiz Hessman, e o diretor da Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul). Eles discutiram a elaboração do calendário de realização dos seminários que ocorrerão em todas as regiões do Estado para debater a agricultura familiar, a pesca e a estiação no Oeste, Meio-oeste, Região Serrana e Alto Vale do Itajaí.

Os seminários serão sediados nos municípios de São Miguel

d'Oeste, Chapecó, Concórdia, Fraiburgo, Canoinhas, Jaraguá do Sul, Lages, Rio do Sul, Criciúma e Florianópolis. Hessman disse que o Pronaf já aprovou recursos para o crédito rural. “O programa aprovou os recursos, que inclusive já estão disponíveis na Caixa Econômica Federal”.

Dresch explicou aos parlamentares a situação das regiões afetadas pela estiagem e apontou algumas ações para diminuir os prejuízos dos agricultores. Para ele, o Seguro Renda é questão central. “É necessária a implantação nacional deste projeto, além da prorrogação dos Fundos de Terras, a anistia dos créditos de emergência e os programas de troca-troca. (DAB)

Laguna

No dia 1º, a Comissão levou o debate para Laguna. A sala de audiências do Fórum da cidade reuniu mais de 150 pessoas para discutir o tema. Na mesa, além da presidente, deputada Odete, a vice-prefeita do município, Hilda Soares Bicca, a presidente do Conselho Tutelar de Laguna, Sandra Regina da Silva João, o promotor da Vara da Infância e Juventude, Marcelo Wegneer, a presidente do Conselho Municipal da Criança e Adolescente e a gerente do FAI (Fundo da Infância e Adolescência), Kelly Cristina Cabral, além de estudantes da escola de ensino Básico Saul Ulisséia, que receberam o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Wegneer considera fundamental para Laguna a instalação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, integrado pela comunidade, poder público e conselho tutelar, e conclamou a comunidade a denunciar. “As denúncias não chegam aos órgãos competentes e muitas crianças continuam sendo vítimas do silêncio”, alertou. De acordo com ele, o número de adolescentes se prostituindo às margens da BR-101 está aumentando vertiginosamente. “Normalmente, o abuso infantil acaba em prostituição para as meninas, já que muitas acabam fugindo de casa. Os meninos passam a praticar pequenos furtos, principalmente para consumir crack. A soma deste quadro é o aumento de adolescentes soropositivos e viciados em drogas”, comentou. Segundo a gerente do FAI, faltam políticas públicas básicas que atendam melhor crianças e adolescentes. “Não adianta querermos apenas aumentar a quantidade de vagas em clínicas para desintoxicação ou aumentar a vaga em abrigos para receber crianças e adolescentes que fogem de casa. O que precisamos é investir para que estes problemas não ocorram, e não tentar amenizá-los depois”, argumentou Kelly, enquanto a presidente do Conselho Tutelar reclamou da precariedade de equipamentos, espaço e carros, além da falta de denúncias.

Desenvolvimento sustentável do Litoral em discussão

Audiência pública foi realizada na Câmara de Vereadores de Itajaí, com a presença do autor do anteprojeto de lei relativo ao desenvolvimento sustentável do Litoral, deputado Joares Ponticelli (PP), da vice-presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí, Eliane Rebbelo Adriano, representantes da secretaria estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, de ONGs (organizações não governamentais) ligadas à ecologia, pesca e organização comunitária.

Caramori abriu os trabalhos com a apresentação de um vídeo, produzido pela TV AL, mostrando a costa do litoral norte, envolvendo os municípios de Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Balneário Camboriú, Camboriú, Itapema, Porto Velho e Bombinhas, abordando problemas e conflitos quanto ao zoneamento costeiro. "O anteprojeto do deputado Ponticelli expressa um importante compromisso com o desenvolvimento sustentável na zona costeira. Já existe um Plano Nacional, mas Santa Catarina toma a ini-

ciativa de debater junto à comunidade a forma como vamos promover o ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços ociosos", salientou Caramori na abertura do encontro.

A proposta de Ponticelli foi apresentada no Dia Mundial do Meio Ambiente do ano passado, a partir de estudos iniciados no governo anterior, para tratar da questão que envolve os 36 municípios localizados no litoral catarinense, envolvendo 2 milhões de habitantes. "Ao apresentar a proposta, quis fazer uma provocação ao Legislativo, ao Poder Executivo e à sociedade, para discutir um projeto com a participação popular", explicou.

Estudos - O gerente de Planejamento Ambiental da Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e do Meio Ambiente, Alexandre Mainomi Mazzer, apresentou os estudos que estão sendo feitos pelo governo estadual, citando o Programa Gerco/SC, que está sendo implementado nos municípios da península de

Porto Belo e foz dos rios Camboriú e Itajaí. "Na faixa marinha, o limite é de 12 milhas marítimas, compreendendo a totalidade do mar territorial brasileiro. A área de abrangência possui cerca de 876 quilômetros quadrados e uma população aproximada de 400 mil habitantes. É uma região caracterizada por um intenso processo de conurbação (cidades que se ligaram devido ao crescimento de sua periferia), sendo estratégico sob o ponto de vista econômico, social e ecológico", explicou.

Marcos Poletto, representante da Univali na audiência pública, questionou a realização do encontro na Câmara de Vereadores. "Deveria ser uma discussão mais ampla para a comunidade, envolvendo todos os setores produtivos, população da costa e num espaço físico como o ginásio da universidade", sugeriu. Luciano Rossi Pinheiro, que atua no setor da construção civil da grande Florianópolis, considera que o projeto do deputado Ponticelli chegou em boa hora, lembrando que todos os setores estão esperando a implantação do Plano há cerca de 15 anos. (CA)

(foto Alberto Neves)



Parlamentares e autoridades no encontro realizado na Câmara de Itajaí

Agenda

Dia 13, 19 h - Exposição da artista plástica Marilina Bernal
Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 15, 17 h - Homenagem aos 35 anos de fundação da Cooperativa Central Oeste Catarinense - Coopercentral Aurora
Local: Clube Recreativo Chapecoense - Chapecó

Errata

Problemas técnicos provocaram a troca de lugar de texto referente à votação da mensagem de veto ao Projeto de Lei nº 11/03, de autoria do deputado Francisco de Assis (PT), que acabou sendo publicado na relação de vetos derrubados. O veto total foi mantido. A proposta autorizava o Estado a celebrar convênio para a criação de farmácias populares mediante franquia empresarial, para comercializar medicamentos genéricos com preços tabelados e margens de comercialização pré-estabelecida.

Aprovados

Taxas estaduais

Aprovado Projeto de Lei nº 102/03, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira-Vieirão (PP), que altera o Artigo 6, da Lei nº 7.541/88, que dispõe sobre as taxas estaduais e dá outras providências. Vieira justificou que vem sendo admitido pela Fazenda Estadual efetuar a petição da Certidão Negativa de débitos por meio da Internet. O fornecimento do documento requerido obriga o contribuinte a pagar uma taxa de serviços gerais equivalente a 10 UFIRs, junto ao BESC, e dirigir-se à repartição fazendária de seu domicílio para retirá-la.

O parlamentar acredita que

isso traz complicações aos contribuintes que mantêm suas obrigações cumpridas, principalmente pelo fato de ser obrigado a quitar o pagamento no BESC. "Por outro lado, se é admitido efetuar a petição com utilização de moderna tecnologia, porque exigir do contribuinte que se desloque à repartição fazendária para obter resposta a seu requerimento? A Secretaria da Receita Federal e o INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social), vêm fornecendo as certidões a seus contribuintes pela Internet, já há alguns anos, com pleno êxito e comprovada fidelidade de sistemas de programas", esclareceu. (DAB)

Horário

Os deputados aprovaram requerimento, de autoria do líder do PFL, deputado Antônio Ceron, solicitando a suspensão do Decreto 556, de agosto de 2003, que instituiu o horário especial de expediente para órgãos da administração direta, autarquias e fundações do Poder Executivo. O requerimento

foi encaminhado ao governador Luiz Henrique da Silveira. O líder pefelista explicou seu pleito dizendo que "o contribuinte catarinense não pode ficar à mercê deste decreto, pois necessita e merece mais atenção destes órgãos, principalmente que eles estejam abertos no período integral", justificou. (CR)

Lactoplasa

De autoria do deputado Sérgio Godinho (PTB), foi encaminhada moção ao presidente do BNDES, Carlos Francisco Theodoro Ribeiro de Lessa, que pede atenção especial à empresa catarinense Lactoplasa - Indústria de Laticínios S/A, referente ao débito que a empresa Parmalat do Brasil S/A, mantém com ela.

A Parmalat do Brasil S/A - Indústria de Alimentos é devedora de várias empresas brasileiras, em função do seu pedido de concordata, inclusive para a Lac-

toplasa.

Como afirma o deputado, a situação é gravíssima, pois milhares de famílias da Região Serrana e Alto Vale do Itajaí estão sem receber o pagamento do leite pela empresa. O pagamento, que deveria ter sido feito no dia 15 de janeiro, ainda não ocorreu, levando os produtores a passar por séria crise econômica.

Através desta moção é solicitada uma linha de crédito, de forma urgente, "pois muitos produtores rurais carentes precisam de apoio para sua sobrevivência". (GMP)

Trabalhador Artesanal

Aprovado substitutivo global do deputado Paulo Eccel (PT) ao Projeto de Lei nº 386/03, do deputado Nilson Gon-

çalves (PSDB), que institui o Dia do Trabalhador Artesanal em Santa Catarina, a ser comemorado em oito de setembro. (RV)

Comunidade se une para ter melhor qualidade de vida

Carlos Agne

O espírito de solidariedade e a prática de parceria para a conquista do desenvolvimento vêm sendo uma característica da população do município de Rio Negrinho. Isso é comprovado pela própria história, pois a união da comunidade tem mostrado que não existem adversidades que impeçam a busca de uma vida melhor. Em 1960, dependente do atendimento médico de outras cidades, a exemplo de São Bento do Sul e Mafra, os moradores, empresários da indústria e comércio e poder público se uniram para instalar o seu próprio hospital.

Foram pessoas abnegadas, a exemplo de Eugênio Dettmer, que, reunidas em forma de mutirão, geralmente nos fins de semana, ergueram um prédio de aproximadamente 3.500 metros quadrados, onde até os dias de hoje se encontra a Fundação Hospitalar de Rio Negrinho. Mas a população não esperava que duas enchentes praticamente deixassem a cidade embaixo d'água, e também o próprio hospital, nos anos de 1983 e 1992.

Rio Negrinho foi assolado pelas enchentes com grande

intensidade, obrigando a Defesa Civil a instalar os moradores em áreas fora de risco. O mesmo aconteceu com os pacientes do hospital, que foram transportados de maca e instalados precariamente em escolas, nos pontos mais altos da cidade. O local onde está instalado o hospital é um dos primeiros a receber grande volume de água.

A união e a solidariedade foram fundamentais nas ações de limpeza, reforma e aquisição de novos equipamentos para que o hospital pudesse ter condições de funcionamento após ser duramente castigado pelas águas. A partir daí, surgiram movimentos que pedem sua transferência para uma área mais segura, livre de enchentes.



Atual hospital sofre a cada cheia



Obras do novo hospital da cidade

União e solidariedade para viver melhor

Em 1992, quando a população considerava que a enchente anterior não passava de uma catástrofe isolada, Rio Negrinho se deparou novamente com o terror das cheias, desta vez mais violentas e avassaladoras do que em 1983. Mais uma vez, a população ficou sem seu hospital, num momento difícil, quando seria um ponto de apoio fundamental para o socorro das vítimas. Este era o momento e a mudança da Fundação Hospitalar para um local seguro não poderia ficar para depois.

Eles começaram constituindo um "Livro Ouro", que acabou não atingindo o objetivo de arrecadar verba suficiente para a construção do novo hospital. Entretanto, o que foi arrecadado

serviu para a compra de uma área de 25 mil metros quadrados, num local seguro. Em 1998, é criada a comissão pró-construção do Novo Hospital de Rio Negrinho, que consegue unir os poderes municipal, estadual e federal, indústria e comércio e a própria comunidade.

A primeira iniciativa partiu do governo estadual, com uma subvenção de R\$ 100 mil. A prefeitura fez a sua parte e através de campanha junto à população cobrou e transferiu de sua dívida ativa R\$ 123 mil. Os empresários da indústria e comércio garantem recursos para o pagamento da mão-de-obra até a finalização da obra, recursos de cerca de 50% do total, em torno de R\$ 1,5 milhão. E a comunidade, por sua vez, realiza eventos como o Bavaria Night e os bingões, que chegam a reunir mais de 10 mil pessoas. (CV)

População sempre foi parceira

O presidente da Comissão Pró-construção do novo Hospital de Rio Negrinho, prefeito Almir José Kalbusch, não cansa de elogiar a sua comunidade ao destacar que o espírito de solidariedade e união sempre foram características da população. "Nós fomos afetados por duas grandes enchentes e pudemos ver nossa comunidade, mesmo sofrendo com a catástrofe, não medir esforços e se unir. A união e a solidariedade são uma marca de nosso povo e isso se vê, não só na reconstrução pós-enchente, como também na parceria de investimentos em obras de infra-estrutura", observa. A expectativa de Kalbusch é que a obra esteja pronta para ser entregue à comunidade até o fim deste ano.

Representante da região e do município que governou por duas vezes, o deputado Mauro Mariani (PMDB) também concorda com Almir Kalbusch. "Rio Negrinho serve de exemplo para o resto do país. Esse sentimento de ser parceiro é característica dos mora-

dores de nossa cidade e a participação comunitária sempre nos acompanhou. Muitas das grandes obras do município só puderam se tornar realidade com a efetiva participação da população", lembrou.

Mariani e Kalbusch fazem coro com a população e asseguram que

era premente a necessidade de construção de um novo hospital. "Assim, os pacientes podem ser atendidos com maior conforto e com modernas instalações e equipamentos. O número de leitos permanece em 120, mas a estrutura é da melhor qualidade", afirmam. (CA)



Vista parcial do município de Rio Negrinho

Recursos arrecadados até dezembro/2003 para a construção do novo Hospital de Rio Negrinho

Governo municipal	R\$ 248.500,00
Governo estadual	R\$ 400.000,00
Governo federal	R\$ 650.000,00
Pagamento de mão-de-obra	R\$ 420.245,13
Arrecadação dos bingões e festas	R\$ 247.061,87
Total	R\$ 1.965.807,00

(Fonte: Comissão Pró-construção do Novo Hospital de Rio Negrinho)